

SUMÁRIO

Para Início de Conversa.....	21
------------------------------	----

PARTE I

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

Considerações iniciais.....	25
-----------------------------	----

01	DIREITO PENAL: NOÇÕES GERAIS	27
-----------	-------------------------------------	-----------

1.1.	Conteúdo e conceito de direito penal	27
1.2.	Direito penal, ciência penal (dogmática penal) e poder punitivo.....	30
1.3.	Direito penal, criminologia e política criminal: modelo tripartido das ciências criminais (as ciências integradas do direito penal)	32
1.3.1.	Criminologia e direito penal	34
1.3.2.	Política criminal e direito penal.....	36
1.3.3.	Direito penal e dogmática jurídico-penal	39
1.4.	Finalidades do direito penal.....	41
1.4.1.	Finalidades legítimas, a partir do estado de direito	41
1.4.2.	Finalidades ilegítimas do direito penal	46
1.5.	Direito penal e controle social	49
1.5.1.	Controle social formal penal (ou controle penal)	50
1.5.2.	Momento de atuação do controle penal	52
1.5.3.	Perspectiva crítica do controle social	53
1.6.	Fundamentos e limites do poder de punir do estado (<i>ius puniendi</i>).....	55
1.7.	Características do direito penal.....	57
1.7.1.	Intervenção mínima e garantista do direito penal.....	61
1.7.1.1.	Caráter fragmentário do direito penal	62
1.7.1.2.	Caráter subsidiário do direito penal.....	63
1.7.2.	Caráter garantista do direito penal	63
1.8.	Princípios, direitos e garantias criminais limitadores da intervenção penal	64
1.8.1.	Princípios penais como limite do poder punitivo estatal.....	65
1.8.2.	Os princípios são normas jurídicas de caráter cogente	67
1.8.3.	Diferenças entre princípios e regras.....	68
1.8.4.	Colisão de princípios	69
1.8.5.	Princípios constitucionais penais	71

1.8.5.1.	Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos	71
1.8.5.2.	Princípio da intervenção mínima	71
1.8.5.3.	Princípio da materialização ou exteriorização do fato (<i>nullum crimen sine actio</i>)	76
1.8.5.4.	Princípio da legalidade do fato – CP, art. 1º; CF, art. 5º, inc. XXXIX.....	77
1.8.5.5.	Princípio da ofensividade (do fato).....	86
1.8.5.6.	Princípio da culpabilidade.....	89
1.8.5.7.	Princípio da responsabilidade pessoal	91
1.8.5.8.	Princípio da responsabilidade subjetiva	93
1.8.5.9.	Princípio da igualdade	93
1.8.5.10.	Princípio da legalidade da pena	95
1.8.5.11.	Princípio da proibição da pena indigna	96
1.8.5.12.	Princípio da humanidade da pena	96
1.8.5.13.	Princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade ou da proibição de excesso.....	97
1.9.	Principais classificações do direito penal	104
1.9.1.	Direito penal objetivo e direito penal subjetivo	104
1.9.2.	Direito penal comum e direito penal especial.....	105
1.9.3.	Direito penal e direito processual penal	105
1.9.4.	Direito penal de emergência e populismo penal	106
1.9.5.	Direito de intervenção (Hasemer)	106
1.9.6.	Direito penal de dupla velocidade (Silva Sanchez)	106
1.9.7.	Direito penal funcionalista	106
1.9.8.	Direito penal minimalista-garantista	106
1.9.9.	Direito penal simbólico	106
1.9.10.	Direito penal consensuado (<i>plea bargaining</i>)	106
1.10.	Fontes do direito penal.....	107
1.10.1.	Fontes materiais, substanciais ou de produção (fonte de produção do direito penal)	107
1.10.2.	Fontes formais, cognitivas ou de conhecimento	108

02	LEI PENAL E NORMA PENAL	109
-----------	--------------------------------	------------

2.1.	Classificação das normas penais.....	111
2.1.1.	Lei penal incriminadora (norma incriminadora) e lei penal não incriminadora (norma não incriminadora).....	112
2.1.2.	Norma penal primária proibitiva e norma penal primária mandamental (ou mandatórias)	114
2.1.3.	Lei (ou norma) penal em branco e a modificação do complemento normativo.....	114

SUMÁRIO

2.2. Norma penal e fato.....	122
2.3. Fontes formais de conhecimento da norma penal	125
2.4. Interpretação das leis penais.....	129
2.4.1. Espécies de interpretação	130
2.4.2. Princípios reitores da interpretação	132
2.4.3. Interpretação progressiva.....	132
2.4.4. Interpretação analógica e analogia.....	133
2.5. O diálogo das fontes e o princípio pro homine.....	134
2.6. Conflito aparente de leis penais	137
2.6.1. Princípios incidentes no conflito aparente de leis penais.....	138
2.6.1.1. Princípio da especialidade	138
2.6.1.2. Princípio da subsidiariedade.....	139
2.6.1.3. Princípio da consunção ou da absorção	140
2.7. Eficácia temporal da lei penal	142
2.7.1. Vigência, reconstituição, duração e revogação da lei penal	143
2.7.2. Vigência e validade da lei	144
2.7.3. Revogação da lei e declaração de invalidade	145
2.7.4. Conflito de leis penais no tempo (direito penal intertemporal): princípios incidentes.....	147
2.7.5. Eficácia temporal das leis processuais	153
2.7.6. Leis mistas ou híbridas: penal e processual penal.....	153
2.7.7. Critério do caso concreto	154
2.7.8. Aspectos destacados	154
2.8. Lei penal excepcional e lei penal temporária – CP, art. 3º	160
2.9. Eficácia espacial da lei penal (lei penal no espaço).....	162
2.9.1. Princípios que disciplinam a lei penal no espaço	163
2.9.1.1. Princípio da territorialidade relativa (ou derivada ou temperada) – CP, art. 5º.....	163
2.9.1.2. Princípio da passagem inocente.....	163
2.9.1.3. Princípio da intraterritorialidade	164
2.9.2. Território nacional.....	164
2.9.3. Extraterritorialidade da lei penal brasileira	168
2.9.4. Dupla condenação pelo mesmo crime.....	173
2.9.5. Execução de sentença penal estrangeira no brasil – CP, art. 9º.....	175
2.9.6. Extradicação	176
2.10. Lei penal em relação às pessoas (eficácia pessoal da lei penal)	179
2.10.1. Imunidade diplomática	179
2.10.2. Imunidades e prerrogativas do presidente da república.....	182
2.10.3. Imunidade e prerrogativas dos governadores	184
2.10.4. Prerrogativa dos prefeitos.....	185
2.10.5. Imunidades e prerrogativas do advogado.....	185

2.10.6.	Das imunidades e prerrogativas dos parlamentares.....	187
2.10.7.	Renúncia à inviolabilidade penal ou a qualquer outra imunidade.....	199
2.10.8.	Imunidades dos deputados estaduais ou distritais.....	200
2.10.9.	Imunidade e prerrogativas dos vereadores	200
2.10.10.	Limites constitucionais específicos da inviolabilidade dos vereadores	201
2.10.11.	Princípio da razoabilidade e inviolabilidade do vereador	202
2.10.12.	Consequências jurídicas da inviolabilidade do deputado e senador e da do vereador.....	203
2.11.	Tempo do crime e lugar do crime.....	205
2.11.1.	Tempo do crime – CP, art. 4º	205
2.11.2.	Lugar do crime	208
2.12.	Disposições finais sobre a aplicação da lei penal.....	209
2.12.1.	Contagem de prazo – CP, art. 10	209
2.12.2.	Contagem do prazo penal e contagem do prazo processual	210
2.12.3.	Prazo decadencial e prazo prescricional	210
2.12.4.	Regras sobre a contagem do prazo penal	211
2.12.5.	Frações não computáveis na pena – CP, art. 11	212
2.12.6.	Aplicação das regras gerais do código penal – CP, art. 12	212
	Palavras finais da parte I	213

PARTE II

TEORIA DO DELITO

Considerações iniciais.....	217
-----------------------------	-----

03	CONCEITOS DE DELITO: FORMAL, LEGAL, MATERIAL E ANALÍTICO	219
-----------	---	------------

3.1.	Conceito formal de delito.....	219
3.2.	Conceito legal de delito.....	220
3.3.	Conceitos materiais de delito.....	221
3.4.	Conceitos analíticos de delito	225
3.4.1.	Sistemas do conceito analítico de crime	227
3.4.2.	Conceitos funcionalistas do delito.....	233
3.4.2.1.	Conceito funcionalista orientado aos fins da política criminal (conceito racional-final ou teleológico funcional ou funcionalista-teleológico de delito de Roxin)	234
3.4.2.2.	Conceito funcionalista sistêmico de delito de Jakobs	235
3.4.2.3.	Conceito funcionalista do controle social de Hassemer	235
3.4.2.4.	Funcionalismo reducionista ou contencionista de Zaffaroni	236

SUMÁRIO

3.4.3.	Requisitos do conceito analítico de crime para a teoria constitucionalista do delito (TCD)	236
3.5.	Síntese das distinções entre as teorias causalista, finalista e constitucionalista do delito	237
3.6.	O método usado pela TCD	245
3.7.	Requisitos, elementares e circunstâncias do delito	246

04	TEORIA DA TIPICIDADE PENAL	247
-----------	-----------------------------------	-----

4.1.	Tipo legal, tipo penal, norma e tipicidade material	251
4.2.	Fases da evolução da teoria do tipo ou da tipicidade penal	253
4.3.	Tipicidade penal e teoria constitucionalista do delito	259
4.4.	Tipicidade penal e tipicidade conglobante	260
4.5.	Evolução da relação entre a tipicidade e a antijuridicidade	261

05	TIPOS PENAIS	267
-----------	---------------------	-----

5.1.	Principais funções desempenhadas pelo tipo penal	267
5.2.	Espécies de tipos e de normas penais	268
5.3.	Classificação dos tipos penais	269
5.4.	Requisitos estruturais do tipo penal	273
5.5.	Formas de adequação típica	274
5.6.	Núcleo do tipo	274

06	FATO FORMAL E MATERIALMENTE TÍPICO	275
-----------	---	-----

6.1.	Conduta humana voluntária: 1º requisito do fato tridimensionalmente típico	276
6.2.	Resultado naturalístico: 2º requisito do fato tridimensionalmente típico	280
6.3.	Nexo de causalidade (CP, art. 13): 3º requisito do fato tridimensionalmente típico	282
6.3.1.	Limitações à teoria da equivalência dos antecedentes causais	284
6.3.2.	Concausa superveniente relativamente independente	285
6.4.	Relação de tipicidade (adequação do fato à letra da lei – tipicidade formal) – 4º requisito do fato tridimensionalmente típico	289
6.5.	Juízo de valoração (desaprovação) da conduta (desvalor da conduta) e teoria da imputação objetiva: 5º requisito do fato tridimensionalmente típico	290
6.6.	Juízo de valoração (desaprovação) do resultado jurídico (desvalor do resultado): 6º requisito do fato tridimensionalmente típico	291
6.6.1.	Resultado jurídico concreto ou real	293
6.6.2.	Grave ou significativo	294
6.6.3.	Transcendental	294
6.6.4.	Intolerável	295

6.6.5.	Resultado jurídico objetivamente imputável ao risco criado ou incrementado.....	295
6.6.6.	Resultado no âmbito de proteção da norma penal.....	296
6.7.	Dolo ou culpa: 7º requisito do fato tridimensionalmente típico	296

07	FORMAS DE REALIZAÇÃO DA CONDUTA E DO CRIME	297
-----------	---	------------

7.1.	Crime doloso	297
7.1.1.	Dolo: conceito, requisitos, posição sistemática na teoria do delito e momento de sua valoração.....	298
7.1.2.	Espécies de dolo.....	300
7.1.3.	Outras classificações relacionadas com o dolo	303
7.1.4.	Requisitos subjetivos especiais do crime doloso	307
7.1.5.	Delitos de atitude (ou de atitude interna) e delitos de expressão interna (ou de convicção interna).....	310
7.1.6.	Dolo e especiais motivos de agir.....	310
7.2.	Do crime culposo.....	311
7.2.1.	Imprudência, negligência e imperícia.....	311
7.2.2.	Culpa consciente e culpa inconsciente	313
7.2.3.	Topografia e natureza da culpa.....	315
7.2.4.	Requisitos do crime culposo	315
7.2.5.	Graduabilidade da culpa (levíssima, leve, grave ou gravíssima, também denominada temerária)	323
7.2.6.	Outras espécies de culpa	324
7.2.7.	Compensação de culpas.....	327
7.2.8.	Algumas questões importantes.....	328
7.3.	Do crime preterdoloso ou preterintencional	329
7.3.1.	Conceito e distinções.....	329
7.3.2.	Tentativa no crime preterdoloso.....	331
7.4.	Crime comissivo e crime omissivo	331
7.4.1.	Crimes omissivos próprios ou puros.....	335
7.4.2.	Crimes omissivos impróprios ou impuros ou comissivos por omissão	339
7.5.	Crime consumado.....	345
7.5.1.	<i>Iter criminis</i>	345
7.6.	Crime tentado.....	353
7.6.1.	Conceito e requisitos da tentativa	353
7.6.2.	Requisitos objetivo, subjetivo e material	355
7.6.3.	Espécies de tentativa	356
7.6.4.	Crimes que não admitem tentativa	358
7.6.5.	Punibilidade e punição na tentativa	360

SUMÁRIO

7.7.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz (tentativa abandonada) – CP, art. 15	361
7.8.	Do arrependimento posterior – CP, art. 16.....	366
7.9.	Crime impossível (ou quase-crime ou tentativa inidônea ou tentativa inadequada) – CP, art. 17.....	371

8	CONCURSO DE PESSOAS (AUTORIA, COAUTORIA E PARTICIPAÇÃO) – ARTS. 29 A 31	377
----------	--	------------

8.1.	Da autoria.....	377
8.2.	Da autoria mediata.....	384
8.3.	Autoria colateral nos crimes culposos.....	389
8.4.	Da coautoria	394
8.5.	Da participação	399
8.6.	Responsabilidade penal no concurso de pessoas.....	404

9	DO CONCURSO DE CRIMES	409
----------	------------------------------	------------

9.1.	Do concurso de crimes	409
9.2.	Do concurso material ou real de crimes – CP, art. 69.....	409
9.3.	Do concurso formal (ideal) de crimes – CP, art. 70.....	410
9.4.	Do crime continuado genérico – CP, art. 71, “Caput”	412
9.5.	Do crime continuado específico (CP, art. 71, Parágrafo único)	413
9.6.	Do concurso material de crimes – CP, art. 69	415
9.7.	Do concurso formal de crimes.....	415
9.8.	Do crime continuado genérico	416
9.9.	Crime continuado específico	418

10	CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS	423
-----------	---	------------

10.1.	Crime material, formal e de mera conduta	424
10.2.	Crime de lesão ou de perigo	424
10.3.	Crime de dano e crime de perigo	425
10.4.	Crime doloso, culposo e preterdoloso.....	425
10.5.	Crime comissivo, omissivo e comissivo por omissão	426
10.6.	Crime instantâneo, permanente e instantâneo de efeito permanente.....	426
10.7.	Crime unissubjetivo e plurissubjetivo	427
10.8.	Crime unissubsistente e plurissubsistente.....	427
10.9.	Crime comum, próprio, bipróprio e de mão própria	428
10.10.	Crime de ação única e de ação múltipla.....	428

10.11. Crime de única vítima e crime de dupla subjetividade passiva	429
10.12. Crime comum e crime político.....	429
10.13. Crime comum e crime especial.....	429
10.14. Crime continuado.....	430
10.15. Crimes principais e crimes acessórios.....	430
10.16. Crimes condicionados e incondicionados	430
10.17. Crime progressivo e progressão criminosa.....	430
10.18. Crime complexo.....	431
10.19. Crime impossível (ou quase-crime ou tentativa inidônea ou tentativa inadequada)	431
10.20. Delito putativo (ou delito imaginário)	432
10.21. Crime falho.....	435
10.22. Crime consumado e crime tentado.....	435
10.23. Crime multitudinário.....	435
10.24. Crimes vagos.....	436
10.25. Crimes de opinião	436
10.26. Crime de forma livre	436
10.27. Crime habitual.....	436
10.28. Crime profissional.....	436
10.29. Crime de ímpeto.....	436
10.30. Crimes funcionais	436
10.31. Crime a distância	437
10.32. Crime de simples desobediência	437
10.33. Crimes pluriofensivos.....	438
10.34. Crime a prazo	438
10.35. Crime gratuito	438
10.36. Crime transeunte	438
10.37. Delito obstáculo.....	438
10.38. Delito de preparação	439
10.39. Delitos de posse	439
10.40. Delitos de mera suspeita.....	439
10.41. Delitos cumulativos.....	440
10.42. Crime de tendência (ou de intenção especial).....	440
10.43. Delito de intenção transcendental e delito de intenção especial	440
10.44. Delitos de atitude (ou de atitude interna)	441
10.45. Delitos de expressão interna (ou de convicção interna).....	441
10.46. Delitos de atentado	441
10.47. Delitos de empreendimento	442
10.48. Infração bagatelar própria e imprópria	442

SUMÁRIO

10.49.	Crime de domínio, de mão própria e de dever.....	442
10.50.	Crime massificado (ou delito “masa”, como diz a doutrina espanhola).....	443

11	CAUSAS DE EXCLUSÃO DA TIPICIDADE PENAL	445
-----------	---	------------

11.1.	Princípio da insignificância (infração bagatelar).....	446
11.1.1.	Princípio da insignificância na jurisprudência	449
11.2.	Teoria da adequação social.....	452
11.3.	Estrito cumprimento de dever legal como causa excludente da tipicidade.....	454
11.3.1.	Estrito cumprimento de dever legal e teoria da tipicidade conglobante	455
11.4.	Exercício regular de direito	456
11.5.	Consentimento da vítima e sua relevância penal.....	461
11.6.	Erro de tipo – CP, art. 20	464
11.6.1.	Espécies ou modalidades de erro	464

12	ANTI JURIDICIDADE (OU ILICITUDE)	479
-----------	---	------------

13	CAUSAS DE EXCLUSÃO DA ANTIJURIDICIDADE (OU DA ILICITUDE) – CAUSAS JUSTIFICANTES OU DE JUSTIFICAÇÃO OU DESCRIMINANTES	485
-----------	---	------------

13.1.	Conceito e características.....	485
13.2.	Exigência de requisito subjetivo nas causas justificantes	487
13.3.	Estado de necessidade	489
13.4.	Legítima defesa	495
13.5.	Consentimento do ofendido como causa extralegal de exclusão da antijuridicidade	501
13.6.	Exercício regular de direito e estrito cumprimento de dever legal e teoria constitucionalista do delito.....	502
13.7.	Excesso nas causas justificantes	502

14	TEORIA DO FATO PUNÍVEL (DA PUNIBILIDADE)	509
-----------	---	------------

14.1.	Conceito e natureza jurídica da punibilidade.....	509
14.2.	Requisitos, fundamentos e distinções.....	511
14.3.	Causas excludentes da punibilidade (do fato punível)	513
14.4.	Fato punível, <i>ius puniendi</i> e punição concreta.....	514
14.5.	Consequências práticas da impunibilidade	515
14.6.	Fato punível, condições de procedibilidade e causas suspensivas da punibilidade	516

PARTE III**TEORIA DA CULPABILIDADE E DA PERICULOSIDADE**

Considerações iniciais..... 521

15	TEORIA DA CULPABILIDADE	523
-----------	--------------------------------	------------

15.1. Conceito e requisitos da culpabilidade.....	523
15.2. Posição sistemática da culpabilidade	528
15.3. Função primordial da culpabilidade	529
15.4. Evolução histórica da culpabilidade	530
15.5. Teoria das normas e culpabilidade	536
15.6. Culpabilidade e teoria da vulnerabilidade	537
15.7. Culpabilidade e necessidade concreta da pena	539
15.8. Infração bagatelar imprópria.....	540
15.9. Culpabilidade e periculosidade	543
15.10. Culpabilidade de autor ou culpabilidade do fato.....	544

16	CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE	545
-----------	--	------------

16.1. Causas de exclusão da imputabilidade penal – 1º requisito da culpabilidade.....	546
16.1.1. Menoridade penal.....	546
16.1.2. Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	549
16.1.3. Embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior.....	551
16.1.4. Dependência toxicológica	555
16.1.5. Intoxicação (ou drogadição) fortuita	555
16.1.6. Causas que não excluem a imputabilidade penal.....	556
16.1.7. Imputabilidade e institutos correlatos (responsabilidade e imputação objetiva).....	558
16.2. Causas de exclusão da potencial consciência da ilicitude – 2º requisito da culpabilidade	559
16.2.1. Erro de proibição (ou erro de proibição direto) – CP, art. 21	559
16.2.2. Erro de proibição indireto.....	562
16.2.3. Descriminantes putativas – CP, art. 20, § 1º.....	563
16.3. Causas de exclusão da exigibilidade de conduta diversa – 3ª requisito da culpabilidade	568
16.3.1. Coação moral irresistível – CP, art. 22	568
16.3.2. Obediência hierárquica – CP, art. 22	571
16.3.3. Inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal (ou extralegal) de exclusão da culpabilidade	573

PARTE IV**TEORIA GERAL DA PENA**

Considerações iniciais..... 579

17	DA PENA	581
-----------	----------------	------------

17.1. Conceito, essência e características da pena..... 581

17.2. Os fins da pena no direito penal: retribuição e prevenção 584

17.3. As teorias das penas 590

17.3.1. Teorias absolutas..... 590

17.3.2. Teorias relativas (ou utilitárias ou preventivas) da pena 591

17.3.3. Teorias de união (ou unitárias ou mistas ou ecléticas)..... 593

17.4. O pensamento prevencionista na teoria da pena 593

17.4.1. Prevenção geral negativa da pena 594

17.4.2. Prevenção geral positiva (ou integradora) 596

17.4.3. Prevenção positiva e teorias “simbólicas” 598

17.4.4. Prevenção especial negativa e positiva..... 599

17.5. Teoria agnóstica da pena..... 604

17.6. Princípios reitores da pena..... 610

17.7. Penas proibidas e penas previstas no ordenamento penal 614

17.8. Classificação das penas 615

17.8.1. Quanto à privação ou não da liberdade: privativas de liberdade ou restritivas de direitos 615

17.8.2. Quanto à ocorrência da aplicação: principais e específicas 617

17.8.3. Quanto ao tipo de regime prisional: reclusão, detenção ou prisão simples. 617

17.8.4. Quanto a serem passíveis de substituir ou não a prisão..... 617

18	DA APLICAÇÃO DA PENA	619
-----------	-----------------------------	------------

Considerações iniciais..... 619

18.1. Circunstâncias judiciais (art. 59 do CP) 620

18.2. As 10 etapas possíveis da aplicação da pena 625

18.2.1. Primeira etapa: necessidade concreta da pena..... 625

18.2.2. Segunda etapa: escolha da pena (quando alternativas)
(1ª etapa da previsão contida no art. 59 do CP) 626

18.2.3. Terceira etapa: fixação da pena de prisão
(2ª etapa da previsão contida no art. 59 do CP) 627

18.2.4. Terceira fase da aplicação da pena de prisão:
causas de aumento ou de diminuição da pena..... 641

18.2.5.	Quarta etapa: fixação da pena de multa (corresponde também à segunda etapa prevista no art. 59 do CP, juntamente com a fixação da pena de prisão)	647
18.2.6.	Quinta etapa: aplicação (eventual) dos efeitos específicos do art. 92.....	651
18.2.6.1.	Da reabilitação criminal	655
18.2.7.	Sexta etapa: aplicação (eventual) de penas substitutivas (restritivas de direitos ou multa substitutiva ou vicariante) – prevista como 3ª etapa pelo art. 59 do CP	657
18.2.8.	Sétima etapa: sursis (suspensão condicional da pena)	662
18.2.9.	Oitava etapa: regime inicial de cumprimento da pena de prisão – 4ª etapa prevista no art. 59 do CP	669
18.2.10.	Nona etapa: decretação eventual da prisão preventiva (quando presentes os requisitos do art. 312 do CPP)	672
18.2.11.	Décima etapa: determinações finais da sentença condenatória	674

19	SISTEMA PENAL ALTERNATIVO	675
-----------	----------------------------------	------------

19.1.	Notas introdutórias	675
19.2.	Penas restritivas de direitos: aspectos gerais	676
19.2.1.	Prestação pecuniária.....	679
19.2.2.	Perda de bens e valores.....	679
19.2.3.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas – CP, art. 46	679
19.2.4.	Interdição temporária de direitos – CP, art. 47	684
19.2.5.	Limitação de fim de semana – CP, art. 48	687
19.2.6.	Multa substitutiva – CP, art. 58, § Único e art. 44, § 2º	688
19.3.	Outras questões importantes sobre a aplicação das penas restritivas	689
19.3.1.	Individualização da pena nas substitutivas – CP, art. 59	689
19.3.2.	Concurso material de crimes – CP, art. 69, § 1º.....	690
19.3.3.	Formas de cumprimento na pluralidade de penas restritivas – art. 69, § 2.º, do código penal	691
19.3.4.	Penas substitutivas e outros institutos penais e processuais	691
19.4.	Hipóteses de cabimento das penas restritivas de direitos	694
19.5.	Requisitos legais exigidos para a substituição da pena	697
19.6.	Formas de substituição da pena de prisão	700
19.7.	Conversão das penas restritivas de direitos.....	703

20	REGIMES PENITENCIÁRIOS E SISTEMA PROGRESSIVO DE EXECUÇÃO DA PENA	709
-----------	---	------------

20.1.	Espécies e regras dos regimes penitenciários	709
20.1.1.	Regras do regime fechado (art. 34 do CP).....	709

SUMÁRIO

20.1.2.	Regras do regime semiaberto (art. 35 do CP).....	713
20.1.3.	Regras do regime aberto – CP, art. 36	714
20.2.	Sistema de progressão e de regressão de regime – CP, art. 33.....	715
20.3.	Direitos do preso – CP, art. 38	722
20.4.	Trabalho do preso	723
20.5.	Outras regras sobre o cumprimento da pena de prisão	724
20.6.	Legislação especial – CP, art. 40.....	724
20.7.	Superveniência de doença mental – CP, art. 41 e LEP, art. 99.....	724
20.8.	Detração penal – CP, art. 42.....	724
20.9.	Limite máximo de cumprimento da pena privativa de liberdade – CP, art. 75	726

21	DO LIVRAMENTO CONDICIONAL – CP, ARTS. 83 A 90	729
-----------	--	------------

21.1.	Características e requisitos	729
21.2.	Revogação do livramento condicional: suas causas e seus efeitos	732

22	DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA – CP, ARTS. 96 A 99	735
-----------	---	------------

22.1.	Conceito, finalidade, fundamento e princípios	735
22.2.	Espécies	738
22.3.	Princípios que regem as medidas de segurança.....	739
22.4.	Exame de cessação da periculosidade (perícia médica), desinternação e liberação condicional.....	740

23	CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE	743
-----------	--	------------

23.1.	Fundamentação e conceito	743
23.2.	Regras sobre a extensão da extinção do <i>ius puniendi</i> – CP, art. 108	745
23.3.	Análise das causas extintivas da punibilidade	746
23.3.1.	Morte do agente – CP, art. 107, I.....	746
23.3.2.	Anistia – CP, art. 107, II.....	747
23.3.3.	Indulto – CP, art. 107, II.....	748
23.3.4.	<i>Abolitio criminis</i> – CP, art. 107, III.....	751
23.3.5.	Da prescrição – CP, art. 107, IV	753
23.3.5.1.	Prescrição da pretensão punitiva pela pena máxima em abstrato – CP, art. 109	757
23.3.5.2.	Prescrição retroativa – CP, art. 109 c.c. Art. 110.....	761
23.3.5.3.	Prescrição intercorrente ou superveniente – CP, art. 110, § 1º.....	763
23.3.5.4.	Prescrição da pretensão executória – PPE – CP, art. 110, <i>caput</i>	765
23.3.5.5.	Prescrição pela pena em perspectiva ou antecipada ou virtual (criação doutrinária)	766

23.3.5.6. Da prescrição da pena de multa.....	767
23.3.6. Da decadência – CP, art. 107, IV.....	767
23.3.7. Da preempção – CP, art. 107, IV.....	769
23.3.8. Da renúncia – CP, art. 107, V.....	770
23.3.9. Do perdão do ofendido – CP, art. 107, V.....	771
23.3.10. Da retratação do agente – CP, art. 107, VI.....	772
23.3.11. O casamento como causa extintiva da punibilidade: notícia histórica.....	773
23.3.12. Do perdão judicial – CP, art. 107, IX.....	773

PARTE V

DA AÇÃO PENAL

Considerações iniciais.....	779
-----------------------------	-----

24	AÇÃO PENAL: CONCEITOS E DISTINÇÕES	781
-----------	---	------------

24.1. Classificação da ação penal	784
24.1.1. Da ação penal pública incondicionada – CP, art. 100.....	784
24.1.2. Da ação penal pública condicionada – CP, art. 100, § 1º.....	789
24.1.3. Da ação penal pública subsidiária da pública – CP, art. 100, § 3º.....	792
24.1.4. Da ação penal exclusivamente privada – CP, art. 100, § 2º.....	792
24.1.5. Da ação penal privada subsidiária da pública – CPP, art. 29.....	795

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	797
-----------------------------------	------------